

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009722-70.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**
 Exequente: **Caime Casale Comercial Ltda/epp**
 Executado: **Mauro Fachini**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

A autora Caime Casale Comercial Ltda. EPP propôs a presente ação contra o réu Mauro Fachini, requerendo a condenação deste no pagamento da importância de R\$ 5.413,44, representada pelos cheques nº ST 000293 e ST 000294, ambos do Banco Itaú SA, agência 0049, conta corrente nº 0509-6, no valor de R\$ 2.291,47, tendo em vista que as cartões não foram compensadas por insuficiência de fundos e perderam a eficácia de título executivo.

O réu, em embargos monitórios de folhas 50/54, alega: a) que o débito objeto desta ação é oriundo de prestação de serviços mecânicos e fornecimento de peças; b) que os cheques foram emitidos como forma parcial de pagamento dos serviços prestados pela embargada; c) que os serviços não foram prestados a contento; d) que os cheques não foram apresentados dentro do prazo legal e serviram para consubstanciar uma relação comercial entre as partes, um contrato verbal de prestação de serviços; e) que a embargada não cumpriu sua obrigação contratual, estando presente a figura da *exceptio non adimpleti contractus*; f) que os cheques que instruíram a ação não são títulos autônomos, abstratos e exigíveis.

Réplica de folhas 90/91.

É o relatório.

Tratando-se de matéria de direito, o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, sendo impertinente a dilação probatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De início, defiro os benefícios da justiça gratuita pleiteados pelo embargante, ante a declaração de folhas 55. Anote-se.

O cheque é uma ordem de pagamento à vista e para sua cobrança não há necessidade de comprovação da *causa debendi*, diante dos princípios da abstração e da cartularidade. Uma vez posto em circulação, a causa subjacente deixa de ser motivo para a negativa de satisfação do crédito ao portador da cártula.

Admite-se, é certo, a demonstração do não cumprimento da obrigação que originou a emissão do cheque quando o título está claramente vinculado a um negócio e ainda não saiu da esfera de disponibilidade das partes originárias.

No entanto, o embargante se limitou a alegar que a embargada não cumpriu sua parte na relação contratual, mas não especificou, sequer, qual a obrigação que não foi cumprida por ela.

Assim não se desincumbiu do ônus da prova de demonstrar a exceção do contrato não cumprido que lhe incumbia, por se tratar de fato extintivo de direito da autora (CPC, artigo 373, II).

Nesse sentido:

APELAÇÃO AÇÃO MONITÓRIA AUSÊNCIA DE MENÇÃO, NO DISPOSITIVO, ACERCA DA IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS AO MANDADO MONITÓRIO INOCORRÊNCIA DE VÍCIO. Constou do dispositivo em questão, expressamente, que a ação monitória foi julgada procedente. Aliás, consignar a improcedência dos embargos no dispositivo mostra-se mero preciosismo já que a doutrina e a jurisprudência dominantes consideram que os embargos ao mandado monitório possuem natureza de simples contestação, e não ação incidental que merecesse tratamento no dispositivo do julgado. - RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO. APELAÇÃO AÇÃO MONITÓRIA JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA DESNECESSIDADE DA PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS. O juiz é o destinatário da prova e deve decidir quais provas são relevantes à formação de sua convicção. Some-se a isso o fato de que a Apelante não especificou as provas que pretendia produzir. RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO. APELAÇÃO AÇÃO MONITÓRIA DISCUSSÃO ACERCA DO SUPOSTO PAGAMENTO DOS VALORES CONSIGNADOS NOS CHEQUES INOVAÇÃO EM SEDE RECURSAL INADMISSIBILIDADE. O Apelante não discutiu tais questões na fase postulatória, não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

podendo fazê-lo agora, sob pena de inovação em sede recursal, o que é vedado por nosso ordenamento jurídico. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PONTO. APELAÇÃO AÇÃO MONITÓRIA CHEQUE DE FORÇA EXECUTIVA EXTINTA DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CAUSA DEBENDI. No procedimento monitorio, a simples presença da cártula, tendo em vista a desnecessidade de demonstração da causa debendi, já se presta para o desenvolvimento e processamento regular do feito. - RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO. APELAÇÃO AÇÃO MONITÓRIA SUPOSTA FALTA DE ENTREGA DAS MERCADORIAS ADIMPLIDAS PELOS CHEQUES OBJETO DA PRESENTE DEMANDA **INOCORRÊNCIA DE EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS. A Apelante não se desincumbiu do ônus da prova de demonstrar a exceção do contrato não cumprido, ônus este que lhe incumbia, por se tratar de fato extintivo do direito do autor (CPC, art. 333, inc. II).** - RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO. SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO NA PARTE CONHECIDA. (0012131-37.2011.8.26.0320, Relator(a): Eduardo Siqueira; Comarca: Limeira; Órgão julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/06/2013; Data de registro: 10/06/2013)

De rigor, portanto, a rejeição dos embargos e a procedência do pedido.

Ressalvo, entretanto, que o valor principal deve ser corrigido conforme a Súmula 43 do STJ, cujo termo inicial deve retroagir à data do efetivo prejuízo, ou seja, a partir da primeira apresentação de cada cheque junto ao banco sacado. Com relação aos juros moratórios, estes são devidos a partir da citação, data em que o embargante foi constituída em mora.

Nesse sentido:

“Correção monetária - Termo inicial - Ação monitoria - Cheque prescrito - Correção monetária que não pode ser contada a partir da data da distribuição da ação. Correção monetária que, também no ilícito contratual, incide a partir da data do efetivo prejuízo - Súmula 43 do STJ - Correção monetária que deve ser contada a partir da data da primeira apresentação dos aludidos cheques ao banco sacado. Juros moratórios - Termo inicial - Ação monitoria - Cheque prescrito - Cobrança dos juros anteriores que se encontra prescrita - juros de mora que devem incidir a partir da citação, quando a devedora foi constituída em mora - Art. 219, “caput”, do CPC. Reduzida a procedência parcial dos embargos opostos. Apelo provido em parte. (Apelação TJSP nº 9138910-10.2007.8.26.0000, 23ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Marcos Marrone, j. 15/02/2012).”


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, rejeito os embargos monitórios, com fulcro no artigo 702, § 8º, do Código de Processo Civil, e acolho o pedido inicial, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial representado pelos cheques descritos no preâmbulo, corrigido monetariamente desde a data de sua apresentação e com juros de mora de 1% ao mês, incidentes a partir da citação, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o réu embargante no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Prossiga-se na forma prevista no Livro I, Título II, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de junho de 2016.

Juiz Milton Coutinho Gordo

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**